

ENTRE A LANÇA E O SOLIDÉU: AS AÇÕES POLÍTICAS, RELIGIOSAS E MILITARES DA CONDESSA MATILDA DE CANOSSA NO SÉCULO XII

Natalia Dias Madureira

Diante do leque de possibilidades geradas a partir do referido tema, o trabalho desenvolvido se mostra ainda em estágio inicial. Por vezes, as obras publicadas que fazem referência à condessa Matilda de Canossa optam por trabalhar apenas um aspecto de sua vida: ora discutem sua solidão e desejo de abandonar o mundo laico para se dedicar à vida religiosa, ora apresentam-na apenas no que diz respeito à sua contribuição militar à “Reforma Eclesiástica”. Porém, há alguns aspectos que não podem ser ignorados, sobretudo para que seja possível a compreensão de todos os outros; as cartas escritas para a condessa e pela condessa exibem um panorama de qual seria seu real papel dentro da sociedade na qual estava inserida. Mesmo porque, alguém ocupando tão elevada posição não poderia ser omissa; para que houvesse um bom funcionamento de todo o seu domínio, uma participação ativa era fundamental. Ela não foi somente uma rica mulher solitária que não conseguia encontrar seu lugar no mundo laico, ou somente uma inteligente estrategista militar, tampouco apenas uma nobre amiga do pontífice; ela foi Matilda de Canossa, uma das mulheres mais poderosas do Medievo italiano que construiu um legado até então, sem precedentes.

Pesquisar a vida de uma mulher, ainda tão contemporaneamente venerada na Itália, traz, a cada nova leitura, diferentes informações e perspectivas, fazendo emergir fatos novos que direcionam a pesquisa para um âmbito que vai muito além da história pessoal dessa nobre senhora; uma vez que para compreender suas atuações se faz necessário o contato com a realidade política, militar e geográfica vivenciada pelo norte da Itália durante os séculos XI e XII; que nesse período passava por consideráveis modificações, sobretudo nos aspectos estruturais, tanto em ambientes laicos como religiosos, bem como a compreensão do contexto histórico que seus antepassados ajudaram a construir:

(...) é geralmente com a aparição dos cónsules que começa a era comunal na Itália, ainda que a equação comuna = consulado não seja sempre válida: assim, em Mântua, a comuna toma corpo antes mesmo da aparição dos cónsules, através da iniciativa de proprietários decididos a obter privilégios imperiais para garantir seus direitos diante da poderosa família dos condes de Canossa (GILLI, 2011, p. 58).

Ao se estudar a trajetória da Casa de Canossa, além da nobre e poderosa família, é possível recordar um momento central do Medievo europeu. Trata-se de um século e meio que abrigou a chamada “Anarquia Feudal”. Período esse que comportou dentre outros acontecimentos, a difusão de idéias de uma reforma religiosa, uma readequação de poder público e um despertar econômico. Aliado a isso, há uma maior consciência do homem sobre si mesmo; uma mudança fundamental na mentalidade (GOLINELLI, 2004, p: 13-14). Mesmo com essa considerável transformação; no século XII ainda há a tradição patrística, arraigada à cultura e costumes; oriunda principalmente de alguns homens pertencentes as mais altas camadas do clero, responsáveis por difundir-la em todos os espaços sociais. No decorrer do século XII até o XV, o número de homens leigos ou não que escreviam a fim de fixarem os valores e costumes ideais para as mulheres só faz crescer. É possível que essa insistência tenha se dado por uma crescente autonomia feminina em relação até mesmo à ordens eclesiásticas. As mulheres se depararam com alterações em suas vidas, acompanhadas das mudanças que ocorriam em toda a sociedade. Os clérigos, frades e leigos se empenhavam em ditarem as tradições para que as mulheres seguissem e assim alcançassem a salvação (DUBY, 1993, p: 99-101).

Ainda que sejam recorrentemente apresentados o papado e o império como os dois expoentes de poder entre os séculos XI e XII; analisando a trajetória política e militar da condessa Matilda de Canossa – que mantinha relações com os dois extremos – é possível detectar um consistente, e tão influente quanto, exemplo de poder:

No grupo senhorial se distingue, se afirma, após o ano 1000, uma camada superior, a nobreza. A nobreza está ligada ao poder, à riqueza, mas, essencialmente, repousa no sangue. É uma classe de prestígio, preocupada em manifestar sua posição, particularmente por um comportamento social e religioso, a liberdade. A distribuição de benefícios aos indivíduos, e sobretudo aos grupos religiosos, às abadias, aos santos, é a manifestação principal da nobreza (LE GOFF, 2010, p. 81).

Mas esse poder era constantemente atacado por defensores de uma misoginia que se recusava a reconhecer as habilidades de uma mulher em governar. Segundo a historiografia vigente, o olhar clerical da época dava indícios de que, independente da riqueza ou posição social que uma mulher ocupasse, sua condição natural seria de inferioridade ao homem. A diferença não dizia respeito às óbvias disparidades biológicas e sim, ao âmbito espiritual e moral: *Sob a influência de São Jerônimo e de uma tradição patrística e hostil à mulher,*

esta era, antes de tudo, apresentada como a filha de Eva, raiz de todos os males e principal agente do pecado (VAUCHEZ, 1995, p. 99). Esse era o verdadeiro posicionamento de muitos religiosos da época que acabavam por transmitir suas idéias entre os leigos, formando um montante sólido de barreiras às mulheres. Matilda de Canossa – como todas as outras que por ventura decidiram por adentrar espaços que eram então legitimamente masculinos – se viu cercada por esse tipo de discurso.

O poder e a fortuna da casa de Canossa foram construídos sistematicamente ao longo dos séculos e sua história se confunde com a própria história da Itália, acompanhando toda a formação de elites senhoriais que datam do século X aproximadamente. Adalberto Atto, por exemplo, foi denominado em 962, vassalo do Imperador, recebendo a responsabilidade de gerir Reggio e Modena; posteriormente se faz marquês, devido à insuficiência do título de conde em caracterizar alguém com tantos domínios: *Adalberto foi o primeiro de uma estirpe de tecelões que, com astúcia e habilidade, foi capaz de explorar as vantagens, favores e amizades, parentesco e a própria situação fundiária.* (GOLINELLI, 2004, p.35). Esse tipo de conduta é característica durante a Idade Média: laços de vassalagem e ligações por questões políticas são alguns dos tipos de relações criadas com a finalidade de obter-se toda sorte de benefícios e proteção; casamentos eram arranjados com a finalidade de se aumentar a fortuna e preservá-la em um círculo restrito; títulos eram dados para que se criassem vínculos que transpunham gerações e bens eram doados para que houvesse eterna gratidão. Já temos superado – com a contribuição de Georges Duby – o pensamento de que a única relação existente nesse período era de senhor *versus* escravo.

Bonifácio, um dos três filhos de Tedaldo, foi escolhido para suceder o pai no governo da marca de Canossa, cargo que ocupou com maestria, uma vez que foi registrado sob seu governo, um período de grandes expansões dos domínios canossanos, mesmo que para isso, ele se utilizasse muitas vezes de meios escusos para adquiri-los. Foi acusado, por exemplo, de manipular os bens da Igreja em benefício próprio (GOLINELLI, 2004, p.95). Em uma das propriedades dos Canossa, mais precisamente em Santa Maria de Felonica, em Po; Bonifácio lançava mão da estrada que passava por sua propriedade com a finalidade de controlá-la, uma vez que ela levava a importantes centros, como à Bologna e à Veneza (SALVARANI 2008, p. 175). Ter o controle sobre uma via de grande importância dava a ele poderes e benefícios, oriundos daqueles que por ventura

precisassem utilizar tal passagem. Tais práticas não puderam ser ignoradas nem mesmo por Donizo¹, que as registrou, ainda que o fizesse apenas no momento do arrependimento de Bonifacio, quando o abade Guido o repreendeu severamente: (...) *a isso, o santo abade Guido acusou Bonifacio, ordenando-lhe que não fizesse mais comércio desse jeito, e diante do altar da mãe de Deus, nu, flagelado com duras chicotadas (...)* (DONIZONE, 2008, p. 101). Bonifacio se casou num primeiro momento com a filha de um conde; tal matrimônio reforçava alianças com o norte ocidental. O marquês é retratado como um usurpador de bens sacros e como doador de grandes riquezas a mosteiros, outras vezes como sendo rígido, porém brincalhão; certamente a historiografia o considera uma figura contraditória. Após a morte da esposa, contraiu núpcias com Beatriz de Lorena, filha de Frederico, duque da alta Lorena. Com ela teve três filhos, dois dos quais faleceram ainda muito pequenos, a sobrevivente foi Matilda; nascida já sob os títulos de condessa de Toscana e duquesa de Lorena.

Matilda nasceu em 1045/1046 e desde muito cedo recebeu treinamento militar:

(...) Matilda foi treinada como um soldado, ela certamente foi educada na arte do comando militar. Seu pai, padrasto, primeiro marido e até mesmo sua mãe (para não mencionar os papas militantes como Alexandre II e Gregório VII, com quem ela era intimamente associada) todos provaram ser competentes generais (...). Registros posteriores de Matilda mostram que ela aprendeu bem a lição (HAY, 2000, p. 15).

Seu pai faleceu quando ela ainda era uma criança, isso fez com que se tornasse com menos de dez anos, proprietária de uma das maiores fortunas da Itália e fez com que sua mãe se visse sozinha para governar tamanha amplitude territorial. Após a morte do marquês, Beatriz geriu os domínios de Canossa por vinte e cinco anos, quando então também faleceu (DONIZONE, 2008, p. 105) e, fez questão de inserir a filha em assuntos políticos desde muito cedo. A fim de não ficar desprotegida, Beatriz casou-se novamente, dessa vez com Godofredo, o Barbudo, duque da Lorena, irmão do papa Estevão IX. Esse casamento era benéfico para ambas as partes, pois significava junção de poder e riqueza. Por outro lado, esta união causou fúria no Imperador da Germânia, Henrique IV – por sinal, primo de Beatriz. Ele tinha em Godofredo um dos seus piores inimigos; aliado a isso, havia o fato de que o casamento entre o Barbudo e Beatriz, extinguiriam quaisquer possibilidades de que a herança da família de Canossa fosse destinada ao imperador, que por esta razão confiscou todos os bens e propriedades de Beatriz e de Matilda que por ventura estivessem localizados na Germânia (HAY, 2000, p. 13).

Para que a riqueza oriunda de Beatriz e de Godofredo se mantivesse coesa, foi realizado o casamento de Matilda com o filho do seu padrasto, também chamado Godofredo, porém, portador da alcunha de “Corcunda”. Eles tiveram apenas uma filha que morrera logo ao nascer. Seu casamento foi contraído exclusivamente a fim de atender a interesses políticos. Assim sendo, a Condessa decidiu abandonar o marido, pois sua vontade era se dedicar à vida monástica, porém seu desejo não recebeu apoio de seus partidários, certos de que a presença da condessa seria de muito mais valia se lutasse “A Guerra de Cristo”. A “Reforma Eclesiástica” foi amplamente aceita pelos leigos, pois, o papa lhes assegurara que aqueles que lutassem contra os simoníacos alcançariam a remissão dos pecados sem, contudo, precisar renunciar à sua vida comum. A própria Matilda encontrou aí a possibilidade de adquirir a tão almejada salvação que receberiam os religiosos, uma vez que não foi possível a ela se dedicar a uma vida de reclusão em função de seus dois casamentos – ambos realizados sem envolvimento afetivo; esperava assim talvez, alcançar o mesmo nível espiritual dos clérigos.

O pontífice fez muito mais que aconselhá-la a não voltar para junto de seu marido, ele mais do que depressa a inseriu na vida política e em tudo o que envolvia a Reforma (SALVARANI, 2008, p. 177). Desta forma, Matilda estreitou as relações com o papado e financiou a viagem do pontífice à Terra Santa, que tinha por finalidade retirar o túmulo do Cristo do meio de povos por ele considerados indignos. O papa Gregório VII era então o principal defensor da retomada das tradições da Igreja, como havia sido outrora no tempo dos apóstolos. Tal movimento se iniciara com o papa Leão IX (GOLINELLI, 2004, p. 186). O intuito de Gregório VII com a “Refoma” era acabar com a simonia e com o concubinato praticado pelos padres (LE GOFF, 2006, p. 42). Por conta dessa iniciativa, o pontífice atraiu diversos opositores que primavam pela continuidade de tais práticas e que usavam de diversos artifícios a fim de deslegitimar a autoridade do papa, como por exemplo, os conselheiros de Worms, que o acusaram, dentre outras coisas de manter relações amorosas com Matilda (HAY, 2000, p. 38). Tal acusação foi fomentada pelo primeiro marido da condessa, Godofredo, o Corcunda, que ao ser abandonado por ela, se dirigiu ao Conselho, apresentando com certa insistência esta acusação. Godofredo havia pedido ajuda ao papa, para que este convencesse a condessa a voltar, ao passo que o mesmo aconselhou-a de forma inversa, tamanha a necessidade do pontífice em manter perto de si alguém com tanto poder.

Após a morte de Godofredo, em 1076, vítima de uma emboscada, Matilda já havia perdido o padrasto e a mãe, ou seja, agora não era só senhora de Canossa, mas igualmente a soberana da Alta Lorena. Por doze anos se manteve viúva e após esse período, contraiu núpcias novamente, dessa vez com Guelfo, um rapaz de dezessete anos, filho do duque Guelfo IV da Bavária. Também esse casamento tinha por finalidade somente atender a interesses políticos, haja vista que o duque era um importante senhor feudal que dominava diversas localidades, sendo duque da Caríntia e marquês de Verona. O imperador Henrique IV se alarmou com esse casamento, pois o mesmo era prejudicial para seus planos expansionistas, como eram prejudiciais todas as ações realizadas por seus opositores. Diante disso, Henrique IV, fez forte pressão contra Matilda e Guelfo, ainda que não pudesse vencê-los em todas as instâncias devido à enorme quantidade de fortalezas pertencentes ao casal. Mesmo com toda a proteção, o imperador conseguiu chegar a Mântua, a problemática “capital” dos domínios canossanos (HAY, 2000, p. 59-60). Por ser conhecedor do desejo dos habitantes dessa localidade em se desvencilharem do domínio da condessa e adotarem um sistema de governo local, autônomo, o imperador incitava-os a se rebelarem contra a condessa, dando-lhes total apoio. Por conta dessa repulsa à pessoa da condessa por parte da cidade, a soberana enviou um *édito severo*, que foi recebido com desprezo pelos cidadãos. Eles receberam a falsa notícia da morte da condessa e passaram a atentar contra seus bens. Matilda que estava apenas adoentada, ao saber do ocorrido decidiu atacar a cidade de Mântua que, certa da derrota, timidamente foi pedir o perdão da condessa (DONIZONE, 2008, p. 223-225).

Sua vida, bem como a trajetória – rica de acontecimentos importantes – de sua família, foi registrada inicialmente por Donizo; até mesmo Dante Alighieri citou a condessa em sua obra-prima *A Divina Comédia*. Atualmente há uma enormidade de trabalhos que fazem referência à condessa Matilda, mas eles necessariamente reportam-se à inspiração e ao suporte dado pelo legado de Donizo, que fez questão de relatar a participação de Matilda em uma dos episódios mais marcantes da Idade Média: O perdão de Gregório VII à Henrique IV após a sua excomunhão. Tal fato aconteceu nas dependências de um dos castelos da condessa, que a pedido do imperador, intercedeu junto ao pontífice para que ele lhe perdoasse: “*Se tu não me ajudar nesse momento, não posso mais combater, porque o papa me condenou; oh valente prima, faça com que ele me abençoe, vá!*” (DONIZONE, 2008, p. 131).

Os domínios de Matilda se localizavam pela Itália setentrional e central; sobretudo entre os domínios da Igreja Romana e a Germânia de Henrique IV e essa particularidade espacial, fez com que Matilda se encontrasse literalmente entre os dois poderes. Não há como tornar excludente das ações da condessa, aquelas questões que se referem à política existente nos domínios sob seu poder, mesmo porque seu envolvimento é um dos mais relevantes aspectos da sua jurisdição. A herança que ela teve que administrar sozinha, dizia respeito a um acúmulo de poder, riqueza fundiária e direito senhorial; por essa razão, ela era alguém que não se podia ignorar, sua presença era nada menos do que inevitável para a resolução de determinados assuntos. Sua forma de governar, aliada à particularidade de ser uma mulher resultou em um inusitado – porém bem sucedido – modelo de autoridade.

Em todo caso, no quadro de uma avaliação mais ampla, parece claro que esta intitulação – conjuntamente com a estratégia matrimonial de Tedaldo, Bonifacio e da mesma Matilda -, contribui para inserir por completo o título da família entre os grandes da península e da Europa e a conferir-lhe um papel ativo na dinâmica política geral (...) (SALVARANI, 2008, p. 219).

A amplitude geográfica de seu território não era o maior problema enfrentado pela condessa; o que a preocupava – com toda razão – era a diversidade de estruturas comunitárias que ali habitavam. Por não poder acompanhar pessoalmente com frequência a administração dos espaços urbanos e rurais, esperava-se que ela pudesse contar com o respeito e a obediência por partes dos habitantes; tendo em vista que seu poder era legitimamente intimidador devido à quantidade de instâncias atingidas e abarcadas pelo mesmo, mas nem todos eles concordavam ou aceitavam seu governo. A própria “capital” do estado, Mântua, lhe fechou as portas por vinte e quatro anos. As cidades do interior desejavam se desvencilhar do sistema feudal e obter autonomia (FUMAGALI, 1996, p. 16), certamente estimulados pela aquisição desta nova mentalidade que considerava não ser humanamente possível a administração de tão vasto território por uma única pessoa. Matilda, além da contribuição bélica e do contingente militar que disponibilizava para a Igreja, também ia a campo – contribuindo de forma muito satisfatória com as questões estratégicas das batalhas – e empreendia viagens. Mesmo porque, para ter o completo domínio sobre suas propriedades era de extrema importância que ela visitasse, ainda que esporadicamente, devido à distância, tais localidades. Mantua foi escolhida como morada pelo pai de Matilda pela sua localização; uma vez que se situava próxima à principal via de traslado da época: a estrada que levava à França e a Germânia (GOLINELLI, 2004, p.

110). Se a “cidade” era tão importante estrategicamente, a sua recusa em aceitar o domínio da condessa certamente lhe trouxe sérios problemas.

Henrique IV, o imperador do reino da Germânia, era primo de segundo grau da condessa; porém a relação entre eles era um tanto quanto conturbada. Ele confiscou os bens de propriedade de Matilda, seqüestrou-a juntamente com sua mãe por certo período de tempo e fazia campanha junto aos domínios da mesma contra ela. Em contrapartida, a condessa não lhe dava apoio na questão da luta pelo poder – contra o papa Gregório VII. A esposa do imperador, Prassede, temendo o marido violento e, desejosa em se afastar dele, recorreu à condessa da Toscana, pedindo-lhe auxílio em segredo para se separar do tirano. Matilda então enviou a Verona um grupo de homens armados para resgatá-la e acolheu a imperatriz. Isto fez com que o povo soubesse dos crimes de Henrique IV, que foi condenado, juntamente com Guiberto, em um sínodo, pelo papa Urbano, de inimigos de Deus (DONIZONE, 2008, p. 181-183).

Analisando o epistolário produzido pela condessa, torna-se cada vez mais evidente quão poderosamente influente ela foi. Essas cartas são registros das assembléias presididas, por ela, onde eram decididos problemas jurídicos, uma vez que Matilda estudou direito com sábios juristas. Seu propósito não era outro que não o de entender todos os trâmites legais que envolviam suas propriedades e as pessoas que nelas habitavam, enfim, a condessa queria por assim dizer, transitar legalmente e conscientemente em todos os âmbitos que lhe dissessem respeito ou fossem do seu interesse:

A administração da justiça permitiu à Matilda ganhar influência sobre o monastério mais importante da nobreza toscana e ao mesmo tempo, de garantir assim, o contato com a família do fundador e com sua rede de vassalos. A ciência jurídica, não foi para ela mais que um passatempo intelectual. Isso não lhe impediu de promover materialmente a renovação dos estudos jurídicos, também sem a sua participação, a fundação da escola de direito bolonhês seria improvável. (SALVARANI, 2008, p. 178).

O conteúdo dos documentos escritos por ela também se referem a doações, vendas, transferências. Mas a condessa também escrevia a fim de assegurar a garantia de posse de propriedade de seus beneficiários, chegando mesmo a instituir multas altas para aqueles que quisessem infringir suas decisões ou não acatá-las, suas punições materiais eram feitas de modo a beneficiar alguma abadia ou igreja. Para alguns religiosos e civis próximos, Matilda oferecia abrigo ou proteção, já que isso não era problema para alguém com tantas

propriedades e tão grande contingente militar à sua disposição. Além do seu poderio pessoal, a condessa tinha a sua disposição exércitos que pertenciam a outros senhores feudais. Por ser a única herdeira após a morte de sua mãe e de seu marido, cabia a ela tomar decisões que influenciavam intimamente a política do norte da Itália, desde os mais singelos camponeses até as mais altas patentes do poder secular e laico. Sua pendência ao direito e às leis é apenas um dos sustentáculos do governo da condessa Matilda, que serve somente para reforçar que ela fez muito mais do que manter tão grande e heterogênea herança: ela desejava – e conseguiu – expandi-la de forma admirável. Todas essas ações são perfeitamente aceitáveis e necessárias haja vista que se não fossem executadas, certamente não surtiriam o efeito constatado. Era de suma importância que a condessa se dispusesse a lidar pessoalmente com tudo aquilo que fosse referente à sua gestão, caso contrário, não conseguiria mantê-la. Mesmo sendo enfaticamente participativa, ela enfrentava problemas, pois, algumas “cidades” sob seu domínio queriam se desligar da estrutura de poder senhorial da época para adotar então, um tipo de poder local, para que pudessem ser autônomos.

Pictografias ou palavras sempre retrataram Matilda como dona de uma doçura admirável. Gravuras da época pintam sua imagem empunhando uma flor de romã e não uma espada; porém suas ações mostram uma mulher extremamente firme (HAY, 2000, p. 14). Pois uma forte característica do feudalismo senhorial era o uso eminente de violência para resolver diversos assuntos; assim sendo, nos revela que ela acima de tudo precisou manter-se próxima àquilo que queria defender, pois, não era das coisas mais fáceis para uma mulher, viúva, no século XI se legitimar. Era necessário que ela se dirigisse às batalhas, que ela presidisse assembléias, que ela hospedasse em suas dependências determinadas pessoas, que ela buscasse sempre aumentar seu círculo de contatos, que ela entendesse de leis, que ela se submetesse a uniões com interesses políticos. E foi dessa forma que Matilda conseguiu estabelecer seu lugar na conturbada Itália setentrional. Prova da sua afirmação como senhor feudal pode ser constatada no conteúdo das missivas por ela enviadas, mas, sobretudo naquelas que a condessa recebia, sempre carregadas de elogios à sua exímia conduta:

Não há falta de sentimento em meu coração para dar-lhe graças, mas boca e pena não são capazes de expressar o que meu coração sente. Portanto, o que eu não posso fazer, eu rezo a Deus que ele recompense você, protegendo você de todos os inimigos de corpo e alma e leve-a para um lugar abençoado de salvação.²

Remetida por Anselmo de Lucca, essa é apenas uma pequena demonstração da forma com a qual se dirigiam a ela. Esse tipo de tratamento não é exclusividade do abade; o papa Gregório VII também lhe dispensava o mesmo tipo de exaltação e o imperador Henrique IV não era menos que respeitoso e suplicante ao falar-lhe – obviamente o fazia apenas quando lhe interessava, haja vista os exemplos de animosidade dados por ele com o intuito de prejudicar sua parenta. Salvaguardando as devidas proporções, a relação da condessa com o papado foi um pilar fundamental para seu governo, mas que de nada serviria se Matilda não soubesse usufruí-la em benefício de seus interesses. Outrossim, essa proximidade foi extremamente profícua para Gregório VII que tinha na nobre senhora uma amiga e conselheira, mas que não era alheio ao seu poder nem à quão útil ele lhe poderia ser, sobretudo, na “Reforma Papal” empreendida pelo pontífice e que necessitava de financiamento para as batalhas e viagens de fato, mas que poderia receber maior credibilidade tendo um senhor feudal de tamanha importância apoiando sua causa.

Tão estreita quanto a relação de Matilda com Gregório VII era a da condessa com o bispo Anselmo, patrono de Mântua e seu conselheiro. A pessoa de Anselmo é de suma importância ao se falar da história da condessa. Nascido em Milão em torno do ano de 1035 era sobrinho do papa Alexandre II, antecessor de Gregório VII, que foi quem designou Anselmo para ser conselheiro do principal alicerce temporal da igreja, a condessa. O bispo também era um entusiasta quando se tratava da “Reforma Eclesiástica”. Tanto que ansiava por purificar o clero, adotando um estilo de vida comunitária e pueril, como havia desejado outrora Santo Agostinho. Mas sua sugestão foi recusada pela maioria dos cânones que apoiados pelo imperador, se aproveitaram da excomunhão do papa para obrigá-lo ao exílio. Depois de pedir auxílio à Matilda, como vimos acima, o bispo firmou residência em Mântua, pois a cidade era estrategicamente o centro do seu mandato e sabia que agora teria liberdade em suas ações, pois, estava amparado pelo poder da condessa (SALVARANI, 2008, p. 209-210).

As pessoas próximas à condessa morreram muito cedo, ou talvez tenha sido ela que muito viveu – sessenta e nove anos, certamente é uma idade bem avançada para alguém da época. Pais, irmãos, o papa, seu primeiro marido, seu fiel conselheiro Anselmo de Lucca. Todos eles se foram. Por não ter descendentes, nem parentes próximos, ela decidiu conceder boa parte do direito sobre suas propriedades à Igreja Romana, porém, a fim de estabelecer um herdeiro, ela adotou Guido Guerra, um nobre florentino (HAY, 2000, p. 93).

Em novembro de 1114, a Condessa saiu de sua residência em Bondanazzo, em direção ao monastério para oficializar as concessões que havia feito em benefício da Ordem. Em uma cerimônia solene, abriu o pergaminho onde seu conteúdo mostrava a renúncia de todos os direitos que sua família havia adquirido há tanto tempo. Pouco tempo depois, a doença lhe imobilizara completamente e em julho de 1115, após beijar um crucifixo oferecido pelo bispo de Reggio, morreu. Ela foi sepultada na igreja do monastério de San Benedetto, onde os monges jamais poderiam esquecê-la; assim permaneceu na abadia onde passara os últimos anos de sua vida, até ser transferida para a Basílica de São Pedro, onde repousa até hoje (FUMAGALI, 1996, p. 11-12).

Acusações de concubinato, descrédito ao seu poder e rejeição de alguns cidadãos, são alguns dos percalços transpostos por Matilda de Canossa. Eles, sobretudo, não foram suficientemente poderosos ao ponto de anular, ou mesmo prejudicar de forma alarmante a trajetória dessa senhora. As constantes demonstrações de habilidade estratégica; a forma como conduzia sua rede de relações sociais; os laços de dependência criados por seus antepassados que foram mantidos e expandidos por ela e que retinham importantes representantes do poder laico e religioso; sua bondade e doçura, aliadas à firmeza e senso crítico, dão mostra do verdadeiro papel de protagonista política e social desempenhado por ela. Mesmo tendo ferrenhos opositores em seu encalço, a condessa não precisou provar nada para nenhum deles ou desmenti-los, até porque suas pedantes opiniões não conseguiram alterar o curso da vida de alguém tão influente, que governava um território tão heterogêneo quanto possível e que sabia quando e onde adentrar; em determinados espaços e discussões para beneficiar-se. Em linhas gerais, a jurisdição da condessa só obteve êxito devido ao fato de que ela soube estrategicamente gerir de forma simultânea os diferentes aspectos que envolvem seu poder político que abrangia questões como políticas públicas e amparo a amigos ou gestão econômica e intercessão pessoal.

NOTAS

¹ Monge do mosteiro de São Apolônio de Canossa, biógrafo da família de Matilda. Ele escreveu a *Vita Mathildis*, que se encontra no Códice Vaticano Latino 4922. A obra contém riqueza de detalhes referentes à condessa e aos seus antepassados, mas é escrita majoritariamente de modo a exaltar tudo o que foi realizado por ela. O trabalho de Donizo tem importância histórica por se tratar de um relato realizado por um contemporâneo da condessa (DONIZONE 2008, p. 241).

² Trata-se do fragmento de uma carta enviada à condessa pelo bispo Anselmo de Lucca, que agradece a Matilda a proteção dada a ele quando o mesmo se encontrava exilado. CANOSSA, Matilda di. *Medieval Women's Latin Letters*. Disponível em < <http://epistolae.ccnmtl.columbia.edu/letter/index125.html> >

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANOSSA, Matilda di. Medieval Women's Latin Letters. Disponível em <http://epistolae.ccnmtl.columbia.edu/woman/29.html>

DUBY, Georges & PERROT, Michelle. História das Mulheres: a Idade Média. Lisboa: Edições Afrontamento, 1993.

DONIZONE. Vita di Matilda di Canossa. Milano: Jaca Book 2008.

FUMAGALI, Vito. Matilda di Canossa: El poder y La soledad de una mujer Del Medioevo. Argentina: Fondo de Cultura Económica, 1996.

GILLI, Patrick. Cidades e sociedades urbanas na Itália medieval: (século XII XIV). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

GOLINELLI, Paolo. Matilda e i Canossa. Milão: Mursia, 2004.

HAY, David John. The Campaigns of Countess Matilda (1046 – 1115): An analysis of the History and Social Significance of a Woman's Military Leadership. Canadá: University of Toronto, 2000.

LE GOFF, Jaques. As raízes medievais da Europa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. Uma História do Corpo na Idade Média. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2006.

SALVARANI, Renata & CASTELFRANCHI (Org.). Matilda di Canossa, Il Papato, l'Impero: storia, arte, cultura alle origini del romanico. Milão: Silvana Editoriale, 2008.

VAUCHEZ, André. A espiritualidade na Idade Média ocidental: (séculos VIII a XIII). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.